

Sustentabilidade Alimentar: Do Futuro Incerto à Resposta Certa

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.70.8>

Cynthia Luderer

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais,
Universidade do Minho, Braga, Portugal
<https://orcid.org/0000-0001-5149-669X>
cynthialud@gmail.com

Virgínia Henriques Calado

Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal
<https://orcid.org/0000-0002-5292-2440>
vmcalado@ics.ulisboa.pt

Resumo

Neste texto focámo-nos na noção de alimentação sustentável, tal como vem sendo divulgada em textos de referência nesta matéria. Desse modo, explorámos documentos emanados da Comissão Europeia, como a *Estratégia do Prato ao Prado* ou o Pacto Ecológico Europeu, para refletir, criticamente, sobre o modo como esta noção pode ser articulada com questões de coesão territorial. Partindo do sistema de ajudas financeiras diretas dadas a agricultores e grupos agrícolas na União Europeia, analisámos a discrepância na atribuição de recursos em função da área agrícola explorada. A constatação dessa condição, permitiu-nos equacionar o quanto a disparidade no sector – intrinsecamente ligado à alimentação – poderá contribuir para uma diminuição da coesão territorial e uma menor sustentabilidade do ponto de vista social. Na sequência desse exercício, identificámos as características da alimentação sustentável a partir da *Agenda 2030* (Organização das Nações Unidas, 2015), bem como dos documentos a que fizemos referência, sem esquecer a enunciação de alguns dos paradoxos contidos neste

tipo de dispositivos. Tendo por base essa caracterização, centrámo-nos, por fim, no modo como, em diferentes territórios (Montemor-o-Novo e Mértola), a sustentabilidade alimentar é adotada como pilar de enfrentamento das alterações climáticas e da coesão territorial e social.

Palavras-chave

alimentação sustentável, *Estratégia do Prado ao Prato*, coesão territorial, Mértola, Montemor-o-Novo

Introdução

Integrado em publicação sobre coesão territorial, este texto visa, essencialmente, situar e discutir propostas que têm vindo a ser desenhadas na União Europeia (UE) para promover a transição para sistemas alimentares sustentáveis. Desta forma, mais do que propormos uma discussão sobre como os sistemas alimentares podem ser fatores de coesão territorial, procuraremos, sobretudo, identificar (e questionar) linhas de orientação adotadas para a construção de um sistema alimentar sustentável e saudável, não perdendo de vista o contexto em que emergem. Os principais contributos deste texto serão, assim: (a) situar discursos e documentos de referência a partir dos quais os sistemas alimentares se tornaram num elemento imprescindível para o enfrentamento das alterações climáticas; (b) apresentar, de forma crítica, os aspetos que são valorizados na estratégia definida, pela Comissão Europeia, para a promoção de sistemas alimentares sustentáveis, tal como explicitada no documento *Estratégia do Prado ao Prato* (EPP; Comissão Europeia, 2020a); e (c) destacar experiências em território português que tenham o cunho da inovação e da sustentabilidade na área da alimentação e que possam ser perspetivadas como fatores de coesão territorial.

Para a concretização destes propósitos, o roteiro que propomos detém-se, sobretudo, em três pontos específicos: um primeiro, prende-se com o equacionamento das questões da alimentação sustentável (AS) numa perspetiva de coesão territorial; um segundo, com a emergência dos discursos em torno da AS na UE, tal como expressos na EPP (Comissão Europeia, 2020a), na sua articulação com discursos mais abrangentes, como os relativos ao Pacto Ecológico Europeu (PEE; Comissão Europeia, 2019) ou à *Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável* (Organização das Nações Unidas, 2015); um terceiro ponto, centrar-se-á sobretudo em experiências na área da alimentação empreendidas em dois municípios: Montemor-o-Novo e Mértola.

O facto de haver, nestes municípios, projetos que atribuem importância à sustentabilidade alimentar permitirá dar conta de iniciativas que têm sido desenvolvidas nesta área e que poderão contribuir para a dinamização e coesão dos territórios.

Coesão Territorial e Sustentabilidade Alimentar

Os discursos emanados da UE sobre coesão territorial são, por vezes, entendidos pelos cidadãos como exercícios de idealização do território, sem consequências significativas para a definição do perfil dos lugares em que vivem. A discrepância entre os discursos e as práticas observados no terreno, conduz a que subsista a ideia de que os programas existentes, no âmbito da coesão territorial, pouco alteram as assimetrias e desequilíbrios existentes. Para essa alteração, seria necessária, na verdade, uma vontade política de efetiva transformação, suportada, em termos de financiamento europeu e nacional, numa alocação muito significativa de recursos, facto que, a nosso ver, não se tem verificado, bastando, para confirmar tal, um olhar sobre as políticas públicas dos últimos 10 anos. São assim muitos os sinais de problemas de coesão territorial.

Mas do que falamos quando nos referimos a coesão territorial? Não existindo uma definição universal e definitiva de coesão territorial (Chamusca et al., 2022), atemo-nos a algumas das dimensões que dão conteúdo a este conceito e que serão referência para a demanda que aqui empreendemos: a de caracterizar a sustentabilidade alimentar no contexto da UE e de a pensar em termos de coesão territorial. Assim, seguindo trabalhos já realizados sobre esta questão, que remetem para a *Agenda Territorial 2030* (Comissão Europeia, 2020b), destacamos cinco dimensões que foram identificadas para analisar a coesão territorial: “equidade”, “competitividade”, “conectividade”, “sustentabilidade ambiental” e “governança” (Chamusca et al., 2022, p. 7). Estas dimensões dão destaque a áreas específicas a partir das quais se julga poder ser promovida a coesão territorial, são elas: (a) os apoios para a redução de assimetrias sociais e económicas entre territórios; (b) o reforço da sustentabilidade ambiental nos diversos territórios; (c) o reforço da cooperação e articulação entre territórios, sectores e atores; (d) o reforço da conectividade física e digital, articulando diversos atores; e, por fim, (e) desenho de políticas públicas orientadas para a valorização de recursos, com promoção de relações policêntricas e dinamização dos territórios enquanto espaços vividos (Chamusca et al., 2022, p. 6).

Não analisaremos neste trabalho cada uma destas dimensões, mas, podemos deter-nos, desde já, em questões que se prendem com o financiamento de diferentes territórios e apoios à produção agrícola, para abrir a discussão sobre questões de coesão territorial. Basta centrarmo-nos nos apoios concedidos às explorações agrícolas, para observarmos, de imediato, profundas disparidades económico-sociais e territoriais que afetam os sistemas alimentares¹.

Efetivamente, constatamos que a UE, na forma como distribui recursos para apoiar o sector agroalimentar, tem contribuído para algumas das assimetrias existentes. As ajudas dadas aos agricultores da UE, no âmbito da Política Agrícola Comum (PAC), evidenciam o que afirmamos. Assim, em relatório financeiro da Comissão Europeia (European Commission, 2019, p. 7), relativo a apoios diretos a explorações agrícolas, podemos constatar que aproximadamente 20% dos beneficiários recebem 80% dos recursos disponibilizados pela PAC. Podemos também observar nesse relatório que 0,5% dos beneficiários, com explorações agrícolas mais extensas, recebiam, por unidade, mais de 100.000 € – ficando com a maior fatia dos apoios diretos – e 75% menos de 5.000 € (European Commission, 2019, p. 4). Pensamos que, desde 2019, tal situação se terá mantido no geral, não tendo havido uma verdadeira inflexão.

Quando verificamos que países como a Dinamarca, República Checa, Eslováquia e França, que, por apresentarem uma maior percentagem de grandes explorações (ou empresas) agrícolas, tendem a concentrar uma parte significativa dos apoios concedidos no quadro da PAC, constatamos de novo a existência de disparidades territoriais, que poderão acentuar desigualdades económico-sociais (Nègre, 2022). Neste caso, as assimetrias na distribuição são territoriais e nacionais, estão relacionadas com o tipo de propriedade fundiária e/ou modo como se encontra organizada e gerida. De resto, a propósito deste assunto, numa das fichas técnicas emanadas da UE é referida a apreensão com uma forma de distribuição dos recursos em função da superfície agrícola, dizendo-se: “esta situação suscita problemas quanto à legitimidade da ajuda à luz dos princípios aplicados a todos os cidadãos (progressividade fiscal, luta contra as desigualdades e recuperação económica e social devido à pandemia)” (Nègre, 2022, p. 5). Confirmamos,

¹ Sistemas alimentares são aqui entendidos numa aceção que decorre da que foi apresentada no Comitê Mundial sobre Segurança Alimentar (Committee on World Food Security, 2014, p. 4): como conjunto de atividades relacionadas com a produção de alimentos, sua transformação, promoção, comercialização, consumo, tendo em consideração diversos atores, instituições e quadros políticos e sociotécnicos.

assim, que o problema relacionado com a distribuição dos apoios diretos está claramente identificado.

A disparidade nas formas de distribuição do financiamento, já vem, aliás, sendo identificada desde há muito (cf. Zawajska, 2007). Alfaro-Navarro e Andrés-Martínez (2021), para além de também destacarem essa desigualdade, sublinham o quanto ela coloca problemas de coesão territorial. Referem ainda, a propósito de Portugal, que em 2008, quando determinaram o índice de Gini relativamente à distribuição dos apoios diretos da PAC, Portugal era o país em que as ajudas estavam mais concentradas, ou seja, onde menos beneficiários acumulavam mais os apoios diretos disponibilizados (Alfaro-Navarro & Andrés-Martínez, 2021, p. 354). Se tivermos em consideração a forma desigual como a propriedade agrícola é detida em Portugal (com predomínio do minifúndio a norte e do latifúndio a sul), teremos ainda mais matéria para refletir sobre a concentração de apoios em alguns agricultores ou grupos agrícolas e como o tipo de exploração agrícola financiado pode ser um fator que se repercute em assimetrias económico-sociais. Esta será apenas uma das dimensões a partir das quais poderemos perspetivar questões de coesão territorial. Para que melhor possamos situar a questão da sustentabilidade alimentar e contribuir para este debate sobre coesão, importa identificar o contexto em que emergiu este conceito e o modo como vem sendo estabelecido na UE.

Antes, porém, desse exercício, gostaríamos de sublinhar que a questão da resposta às alterações climáticas passou a permear um vastíssimo conjunto de atividades económicas e sociais, transformando-se num eixo incontornável para o qual convergem os mais diversificados discursos e políticas ambientais, económicas e sociais da UE. A resposta que se propõe às alterações climáticas ocorre, assim, num modelo de economia em que se procura, em simultâneo, ultrapassar problemas ambientais, promover o crescimento económico, a competitividade e a sustentabilidade. Esta última dimensão passou a ser, de resto, a panaceia, que, suportada pela ciência e pela tecnologia, permitirá a permanência num mesmo modelo económico. A sustentabilidade como desígnio e como resposta, fundada na biotecnologia e num modelo de economia circular, tem provocado, na verdade, muitas perplexidades, e sugerido muitos paradoxos, alguns dos quais bem salientados por Redclift (2005).

Os discursos em que o apelo à sustentabilidade é expresso têm vindo a tornar-se uma presença constante nas mais diversificadas instâncias e documentos, provocando, por vezes, uma certa fadiga em relação a uma noção

que tudo parece querer permear e esverdear. A sua omnipresença e potência remete-nos mesmo para a ideia de metanarrativa, noção que Lyotard (1979) celebrou, considerando que a pós-modernidade, na sua incredulidade perante grandes narrativas, explicativas e congregadoras de todo o conhecimento, lhes tinha posto fim². Ora, a sustentabilidade, sobretudo na sua referenciação a questões ambientais, parece ter essa dimensão de metanarrativa, pois apresenta-se não apenas como narrativa sobre o mundo global para a qual múltiplas áreas do conhecimento convergem, mas também como projeto social redentor, que se estende ao aparato institucional, às políticas públicas e a demais atividades económico-sociais. O imperativo para a sustentabilidade, enquanto forma incontornável de dar resposta às alterações climáticas, tem-se vindo a afirmar, efetivamente, de forma poderosa, dando lugar a uma nova ética sobre ser e estar no mundo.

Alimentação Sustentável

Contributos da Agenda 2030

Quando analisamos diferentes dimensões da alimentação, percebemos que um amplo leque se abre. Elas podem estar vinculadas ao campo da saúde, dizer respeito a aspetos nutricionais, a direitos humanos, a aspetos socioculturais, económicos ou ainda ambientais (Castro, 2015). No entanto, a complexidade de que se reveste a alimentação fica ainda mais ampliada quando a defrontamos com as demandas associadas à sustentabilidade, sobretudo no que concerne as mudanças climáticas, o comprometimento com o solo e com a biodiversidade ou levando em consideração a necessidade de adequação a uma economia circular. A tudo isto acresce a dimensão territorial e de ordenamento da alimentação, o que implica pensar no modo como se olha para os recursos do sistema alimentar (Delgado, 2018). Faz com que se equacione, por exemplo, o modo como esses recursos são distribuídos em termos de equidade, de criação de riqueza e bem-estar social, de sustentabilidade ambiental, dimensões que podem ser vistas, afinal, enquanto fatores de coesão territorial.

Face ao desafio de uma análise da AS numa perspetiva de coesão territorial, abordaremos esta temática tendo em consideração as orientações que têm sido produzidas por instâncias intergovernamentais, como a Organização das Nações Unidas e instâncias supranacionais, como é o caso da UE, e

² Sobre o conceito de metanarrativa associado às alterações climáticas, veja-se a tese de doutoramento de João Santos (2020). Veja-se também Sudha Vasan (2021), que se refere ao ambientalismo como metanarrativa.

que procuram ser inspiradoras de políticas públicas. A referência a essas orientações é aqui indispensável, pois elas são, de facto, norteadoras de discursos, políticas e ações que ocorrem em torno da AS. Mas antes desse exercício, gostaríamos de destacar algumas das facetas que não podem deixar de ser consideradas quando se analisa a alimentação numa perspectiva de sustentabilidade alimentar, pois essas características parecem-nos reforçar a ideia da sustentabilidade enquanto metanarrativa, quer dizer, enquanto dimensão a partir da qual se explica o mundo e se orienta a ação social.

A complexidade do sistema alimentar envolve diferentes escalas territoriais e estágios de governança (cf. Ferreira et al., 2020), sendo a busca de articulações e coerência um elemento fundamental para assegurar transições. Nesse sentido, o de contribuir para a afirmação e congruência desses processos, os agentes públicos não podem ser descurados, pois desempenham um papel relevante, justamente, o de conhecer e decifrar as diferentes propostas, integrando-as nos planeamentos e tendo presente o desafio de analisar as suas possíveis consequências. Nesse exercício, será necessário, certamente, ponderar o peso das ações implicadas no binómio desenvolvimento e sustentabilidade, prestando atenção ao modo como estes termos podem ser conciliados, uma questão que Redclift (2005) viu como oxímoro, ou seja, como paradoxo que remete para duas áreas frequentemente conflitantes e movidas por interesses opostos.

Uma dimensão nem sempre sublinhada quando se aborda a sustentabilidade alimentar é a questão cultural. Os valores culturais não podem deixar de ser ponderados, pois, como salienta Montanari (2008), entre outros, tudo o que respeita a alimentação foi apreendido por meio da cultura. É sobretudo no plano cultural que devemos interpretar, por exemplo, o gosto ou a rejeição de diversos alimentos, como é o caso de insetos, certos animais e plantas, propostos em diferentes contextos socioculturais. Além deste aspeto, perspetivar o alimento como mercadoria, quer dizer, como bem dominado pela lógica do capital, homogeneizado e sob o controle de pouco mais de uma dezena de empresas multinacionais, será também relevante (Machado et al., 2016). É certo que não teremos, no contexto deste trabalho, a possibilidade de uma análise detalhada destas questões, mas não podíamos, todavia, deixar de as mencionar.

As propostas institucionais apresentadas em torno da AS têm vindo a impulsionar reflexões e ações em torno de modelos alimentares. Podemos encontrá-las em instâncias como a Organização das Nações Unidas para

Alimentação e Agricultura (FAO), agência das Nações Unidas criada em 1945, comprometida com o combate à fome e auxílio à nutrição, assim como com a defesa de atividades agrícolas sustentáveis. A UE, um dos maiores doadores da FAO, tem também desenvolvido uma empenhada ação neste campo, lançando diversos programas relacionados com a alimentação (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, 2015). A FAO e a UE surgem, ainda, comprometidas com a *Agenda 2030*, um plano de diretrizes lançado pelas Nações Unidas, no final de 2015 (Organização das Nações Unidas, 2015), com 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas que devem ser alcançadas em termos mundiais.

No que concerne a alimentação e sustentabilidade, justifica-se, neste âmbito, uma menção um pouco mais detalhada ao que é proposto na *Agenda 2030*. O 2.º ODS enuncia desde logo um objetivo fundamental: “acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável” (Organização das Nações Unidas, 2015, p. 18). A ênfase recai assim em tópicos como a fome, mas são também referidos aspetos que remetem para as questões da sustentabilidade entre outras.

Com o ambicioso lema “garantir que ninguém seja deixado para trás” (Organização das Nações Unidas, 2015, p. 1), a exploração da terra e, também, do mar (referida no 14.º ODS), não são esquecidos no seio da *Agenda 2030*, que preconiza melhores condições de vida para os agentes que se encontram envolvidos com a alimentação do planeta. Almeja-se, afinal, “um crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável e de trabalho decente para todos” (p. 4).

O documento expressa a preocupação com os ecossistemas do planeta. Apela para que a Terra – reconhecida como “Mãe Terra” em vários países (Organização das Nações Unidas, 2015, p. 17) – seja respeitada num sistema movido pela produção de bens e seu consumo. O 15.º ODS salienta veementemente esse ponto ao referir a necessidade de proteção e recuperação dos ecossistemas terrestres: “combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade” (p. 19).

Nesse sentido, todos os que agem sobre a terra, e não apenas os agricultores, são reconhecidos como significativos para defender o planeta e a biodiversidade. Pode ser confirmado esse ponto em duas metas relacionadas com o 2.º ODS. Na meta 2.3, é assim referido: “dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra” (Organização das Nações Unidas, 2015, p. 20).

E na 2.4, ao propor-se:

até 2030, garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas resilientes, que aumentem a produtividade e a produção, que ajudem a manter os ecossistemas, que fortaleçam a capacidade de adaptação às mudanças climáticas, às condições meteorológicas extremas, secas, inundações e outros desastres, e que melhorem progressivamente a qualidade da terra e do solo. (Organização das Nações Unidas, 2015, p. 20)

No âmbito das metas acima referidas, as câmaras municipais podem contribuir para melhorar os atuais quadros, avançando com iniciativas que aumentem a quantidade de áreas destinadas a um modelo de agricultura que evite químicos. Na verdade, em relação à agricultura biológica, muito há a ser feito em Portugal, ainda que recentemente tenha havido alguns avanços. Em 2020, Portugal apresentava 8,1% da superfície de terras dedicadas a esse tipo de cultura, um avanço, comparado aos 1,2% mantido no início deste milénio (Pordata, 2020). No entanto, há muito mais a ser feito se pensarmos que a agricultura biológica é um dos principais elementos “rumo a sistemas alimentares mais sustentáveis e com a ambição de aumentar as terras agrícolas da União Europeia destinadas à agricultura biológica até 2030” (Parlamento Europeu, 2021, p. 23). Ao impulso que as câmaras municipais podem dar à agricultura biológica, podem ainda juntar-se ações destinadas a promover o respeito e bem-estar dos animais.

As metas do 2.º ODS estão em consonância com as diretrizes de um outro plano de ação, a EPP (Comissão Europeia, 2020a), tradução de *Farm to Fork Strategy*. A nível europeu, esta estratégia emerge como plano particularmente destinado a diminuir os impactos ambientais e sociais da produção alimentar: “trata de forma abrangente os desafios dos sistemas alimentares sustentáveis e reconhece as ligações indissociáveis entre pessoas saudáveis, sociedades saudáveis e um planeta saudável” (p. 3). Esta perspetiva, além de ser essencial para atingir os ODS da *Agenda 2030*, contribui para o processo de “transição para um sistema alimentar sustentável”, em que se almeja “trazer benefícios para o ambiente, a saúde e a sociedade” (p. 3) e proporcionar oportunidades económicas.

Contributos do Pacto Ecológico Europeu

As linhas estratégicas da EPP são vistas como o *coração* de outro importante documento, o PEE (Comissão Europeia, 2019), que está ancorado em ações que levem a UE a ser, em 2050, o primeiro lugar no mundo a apresentar

índices de neutralidade relativamente à emissão dos gases com efeito estufa. Planeia-se assim reduzir até 2030, por relação aos níveis de 1990, 55% das emissões de carbono na Europa (Comissão Europeia, 2019, p. 5). Com vista a uma transição ecológica sustentável da UE, a temática da agricultura e a da alimentação são objeto de uma especial atenção. A promessa da Comissão de num futuro próximo apresentar a EPP, é destacada nesse documento, onde se indica a importância de manter “um sistema alimentar justo, saudável e amigo do ambiente” (p. 13). Enunciando objetivos convergentes com os da *Agenda 2030*, o PEE refere que a “Comissão irá propor um mecanismo para uma transição justa, que inclua um fundo para a transição justa, de modo a não deixar ninguém para trás” (Comissão Europeia, 2019, p. 18).

Nesse sentido, confirma-se que algumas diretrizes da EPP (Comissão Europeia, 2020a; Parlamento Europeu, 2021) haviam sido previamente apresentadas no PEE (Comissão Europeia, 2019). Um dos pontos deste último documento (2.1.6) “‘Do Prado ao Prato’: Conceber um sistema alimentar justo, saudável e amigo do ambiente” (p. 13) referia já o papel fundamental dos agricultores e dos pescadores num processo de transição justa, que não deixasse ninguém para trás. A explicitação relativamente à importância de todos os agentes do sistema alimentar é também referida na EPP, quando se diz: “cadeia alimentar que beneficia os consumidores, os produtores, o clima e o ambiente” (Comissão Europeia, 2020a, p. 4). Os esforços dos agricultores e dos pescadores, comprometidos com as práticas sustentáveis, são reconhecidos nesse documento, assim como a necessidade de se fazer uma transição para um sistema sustentável, de forma a garantir “o futuro da cadeia alimentar da UE face aos seus concorrentes fora da UE” (p. 4). Nesse sentido, percebe-se o interesse económico, expresso na referência a uma “enorme oportunidade económica” (p. 4), e à necessidade de proteção territorial. Face a uma “economia circular de base biológica” (p. 7), o documento também salienta as suas ambições no que se refere à diminuição do uso de pesticidas e fertilizantes (p. 14). Esses pontos, entre outros, podem ser conferidos na Tabela 1, onde se sintetizam as principais orientações expressas na EPP, mais especificamente, no tópico da produção alimentar sustentável e eficiente.

Tabela 1 Sustentabilidade alimentar em “Do Prado ao Prato”.

Nota. Tabela construída a partir da *Estratégia do Prado ao Prato* para um sistema alimentar justo, saudável e respeitador do ambiente (Comissão Europeia, 2020a).

Dimensões da sustentabilidade alimentar	<i>Objetivos gerais:</i> Contribuir através dos sistemas alimentares para o enfrentamento de problemas climáticos, promovendo a neutralidade carbônica e a reversão da perda de biodiversidade, de forma eficiente e sem compromisso do crescimento econômico, num modelo de economia circular Fazer da União Europeia um <i>standard</i> de sustentabilidade
Produção alimentar sustentável e eficiente	Produção de alimentos orientada para a sequestração de carbono Redução da pegada ambiental e do consumo de energia Redução da desflorestação e degradação das florestas Promoção da agroecologia e da agrossilvicultura Promoção de culturas agrícolas resistentes a condições climáticas adversas Aumento de terrenos agrícolas em modo de produção biológico Redução do consumo de água na agricultura Redução de pesticidas e fertilizantes químicos Promoção de mondas mecânicas Promoção da produção animal com menor emissão de gases com efeito de estufa e em modo biológico Promoção do bem-estar animal, incluindo transporte e abate Redução do uso de agentes antimicrobianos Redução da importância da soja na produção animal Promoção da busca por fontes alternativas de proteína (plantas, insetos, produtos do mar, etc.) Pesca sustentável Incremento do consumo de produtos do mar, como as algas Aumento da aquicultura em modo de produção biológica
Transformação sustentável e eficiente de alimentos, sua distribuição e promoção	Melhorar armazenagem e acondicionamento Rever processos relativos ao embalamento Promoção da proximidade Cadeias de abastecimento mais curtas Transportes eficientes, com redução do transporte de longo curso Certificação e criação de marcas Rotulagem com informação nos domínios nutricional, ambiental, climático e social Promoção de modelos de negócio sustentáveis (processamento, retalho, hotelaria, restauração, etc.)
Sustentabilidade alimentar assente em ciência e tecnologia	Promoção de novos “regimes ecológicos” Cooperação internacional em áreas como a biotecnologia, alterações climáticas, agroecologia, gestão sustentável da paisagem, governação fundiária, biodiversidade, cadeias de valor inclusivas e justas, nutrição, regimes alimentares saudáveis, prevenção de crises alimentares, normas de fitossanidade, segurança alimentar e resistência a agentes antimicrobianos Promoção de energias renováveis Promoção da pesquisa e inovação, com ênfase na área da biotecnologia Promoção de parcerias de inovação europeias Promoção da transferência de conhecimento Promoção das biorrefinarias para tratamento de biomassa, Promoção da produção e utilização de bioenergia, bioquímicos, biofertilizantes e outros produtos de base biológica Acesso a internet de banda larga rápida nos espaços agrícolas Agricultura de precisão Uso de inteligência artificial

Regimes alimentares saudáveis e sustentáveis e redução de desperdício alimentar	<p>Afirmção da alimentação sustentável como questão ética</p> <p>Promoção da transição para dietas mais saudáveis e sustentáveis, baseadas em produtos vegetais</p> <p>Promoção da inversão das taxas de excesso de peso e obesidade</p> <p>Promoção do consumo de alimentos locais, frescos, menos processados, de fontes sustentáveis</p> <p>Promoção do consumo de cereais integrais, frutas, produtos hortícolas, leguminosas e frutos de casca rija</p> <p>Redução do comércio e consumo de espécies selvagens a fim de prevenir doenças e pandemias</p> <p>Açúcares, sal e gorduras</p> <p>Criação de perfis nutricionais que restrinjam o consumo de produtos com excesso de sal, açúcar e gorduras</p> <p>Introdução de rotulagem nutricional obrigatória e harmonizada</p> <p>Prevenção do desperdício alimentar</p> <p>Redução para metade do desperdício alimentar <i>per capita</i>, no retalho e nos consumidores, até 2030</p> <p>Revisão do sistema de indicação de datas de consumo que possam conduzir a desperdício alimentar</p> <p>Tratamento de resíduos alimentares</p> <p>Recuperação de nutrientes e matérias-primas secundárias</p>
Políticas, orientações normativas, programas e serviços	<p>Políticas que assegurem alimentos suficientes, variados, seguros, nutritivos, sustentáveis e a preços acessíveis</p> <p>Escolhas políticas eficientes que promovam métodos de produção sustentáveis e socialmente responsáveis</p> <p>Promoção da transição mundial para sistemas alimentares sustentáveis nos organismos internacionais de normalização e nos fóruns multilaterais</p> <p>Promoção de "alianças verdes" com diversos parceiros</p> <p>Promoção de políticas comerciais adequadas, com compromissos com países terceiros em áreas chave como o bem-estar animal, pesticidas e diminuição do uso de agentes antimicrobianos</p> <p>Revisão de normas de comercialização que promovam a aceitação de produtos agrícolas</p> <p>Contratação pública sustentável na área da alimentação</p> <p>Clarificação das regras de concorrência</p> <p>Código europeu de conduta para negócios e marketing responsáveis</p> <p>Sistema fiscais com taxas em que os preços dos produtos alimentares refletem os custos reais, em termos de uso de recursos finitos, poluição, emissão de gases com efeito de estufa e outras externalidades ambientais</p> <p>Tolerância zero à fraude e criação de mecanismos de dissuasão em toda a cadeia alimentar</p> <p>Tolerância zero relativamente à pesca ilegal</p> <p>Criação de iniciativas que visem melhorar o quadro de governação das empresas, criando o requisito da sustentabilidade para as estratégias empresariais</p> <p>Promoção da proteção social dos trabalhadores agrícolas</p> <p>Criação de missão no domínio da saúde dos solos e alimentação</p> <p>Criação de programas direcionados para os oceanos</p> <p>Criação de serviços de aconselhamento e de partilha de conhecimento e competências</p> <p>Monitorização da atividade agrícola e da sua sustentabilidade através da criação de uma base de dados</p> <p>Criação do espaço comum europeu dos dados agrícolas</p> <p>Criação e intensificação de redes relacionadas com o sector alimentar</p> <p>Reforço do papel da Parceria Europeia de Inovação Produtividade e Sustentabilidade no Setor Agrícola nos planos estratégicos</p> <p>Atualização da agência de competências para assegurar mão de obra suficiente e qualificada no setor</p>
Apoios para a promoção de uma alimentação sustentável	<p>Apoio do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional</p> <p>Apoio na realização de escolhas informadas</p> <p>Criação de fundos de investimento para diminuição de risco</p> <p>Apoio no acesso a financiamento a pequenas e médias empresas</p>

No que respeita a matérias relacionadas com a economia, é relevante observar o tópico do PEE (Comissão Europeia, 2019): “ecologizar os orçamentos nacionais e enviar sinais corretos em matéria de preços” (p. 20), pois ele remete para os orçamentos nacionais dos Estados-membros. É aí proposto o uso de taxas de IVA em função de questões ambientais para que os “Estados-membros possam utilizar de forma mais específica as taxas do IVA para refletir as crescentes ambições ambientais, por exemplo, para apoiar os frutos e produtos hortícolas biológicos” (p. 20). Há outros aspetos que merecem ser analisados relativamente aos sistemas alimentares, como, por exemplo, os relacionados com a “transformação sustentável e eficiente de alimentos, sua distribuição e promoção”, assim como as “políticas, orientações normativas, programas e serviços”.

Contributos da *Estratégia do Prado ao Prato*

Muitas das propostas defendidas na *Agenda 2030* e no PEE têm a sua extensão na EPP, um documento que foi apresentado pela Comissão Europeia ao Parlamento Europeu e que deu lugar à Resolução, de 20 de outubro de 2021, em que se incentiva a Comissão a traduzir a estratégia em medidas legislativas e não legislativas concretas, acompanhadas dos necessários mecanismos de apoio financeiro à transição (Parlamento Europeu, 2021). A maioria dos aspetos contemplados na EPP encontra-se sintetizada na Tabela 1 que salienta as principais áreas de intervenção propostas pela EPP no âmbito da AS.

Movida pela metanarrativa da sustentabilidade, a EPP, expressa na Tabela 1, remete para áreas de ação com potencial para preencher quase todos os domínios da vida social. Do amanho da terra à seleção das sementes, passando pela transformação de produtos alimentares, sua comercialização, consumo e gestão de desperdícios, a que se somam as necessárias medidas políticas e o suporte da ciência e tecnologia, é assinalável o que para esta estratégia converge. Quem pretenda conhecer quais as atividades no setor agroalimentar, mas não apenas neste, que se enquadram nessa conceção, tendencialmente hegemónica, sobre AS, poderá deter-se na Tabela 1. Aí se faz menção a áreas com mais possibilidade de serem apoiadas pelos poderes públicos. Participar numa economia circular que compatibilize a resposta às alterações climáticas e perda de biodiversidade, com crescimento económico, competitividade e bem-estar social são os objetivos identificados, muito em consonância, afinal, com o desenvolvimento sustentável proposto no famoso *Relatório Brutland* (World Commission on Environment and Development, 1987).

Uma das dimensões da AS inscrita na Tabela 1, que entendemos ser de particular relevância quando pensamos em coesão territorial, prende-se com a produção alimentar sustentável e eficiente. Destacamos, a este propósito, aspetos que se prendem com a relação com a terra, com a forma como ela se encontra organizada e é gerida e com o papel que os poderes locais podem deter neste âmbito. Dando conta das mudanças que será necessário implementar, podemos ler na EPP que: “90% das terras sofrerão alterações significativas até 2050 e que 75% das terras já sofreram alterações significativas (...) [e que] a biodiversidade é essencial para a segurança alimentar, o bem-estar humano e o desenvolvimento a nível mundial” (Parlamento Europeu, 2021, p. 5).

Nesse sentido, também merece atenção destacar que “o setor agrícola deve continuar a produzir alimentos seguros e nutritivos, mantendo e gerindo as terras de forma mais sustentável” (Parlamento Europeu, 2021, p. 9). Considera-se ainda que a agricultura regenerativa pode concorrer para a produção alimentar e aproveitamento das terras, contribuindo para a transição rumo a um sistema agrícola resiliente, baseado na boa gestão das terras e dos solos (Parlamento Europeu, 2021, p. 10). Um outro aspeto salientado tem a ver com a redução do uso de pesticidas com o propósito de “proteger e restaurar os ecossistemas dos solos”, assim como “incrementar os elementos paisagísticos nas terras agrícolas que apoiam a recuperação de espécies e habitats protegidos” (Parlamento Europeu, 2021, p. 14). A EPP explicita ainda o papel dos Estados-membros na monitorização da biodiversidade dos terrenos agrícolas, sendo a participação de “profissionais, agricultores e cidadãos cientistas” (Parlamento Europeu, 2021, p. 19) destacada como relevante na avaliação e execução das políticas da UE.

Para além dos terrenos agrícolas, também as pastagens são importantes do ponto de vista ambiental, são um elemento importante para muitas comunidades rurais e podem evitar que as terras sejam abandonadas (Parlamento Europeu, 2021, p. 21). Deste modo, a agricultura biológica apresenta-se “como um dos principais elementos na via da UE rumo a sistemas alimentares mais sustentáveis e com a ambição de aumentar as terras agrícolas da UE destinadas à agricultura biológica até 2030” (p. 23). Valerá ainda sublinhar uma pertinente observação explicitada no EPP que envolve questões de aceitação cultural em torno da AS. Tem a ver com “terras agrícolas [que] são limitadas e, por conseguinte, devem ser utilizadas de forma eficiente” (p. 26). Desta forma, refere-se a “necessidade de incluir na estratégia modelos agrícolas inovadores caracterizados por uma fraca pegada a nível de utilização dos solos, tais como a horticultura e a agricultura de insetos” (Parlamento Europeu, 2021, pp. 26–27).

Os pontos traçados na Tabela 1 expressam, de modo sintético, alguns dos tópicos presentes na EPP, no entanto, outros pontos, que por vezes se escondem nas entrelinhas, mais relacionados com as distintas necessidades dos municípios, podem vir a ser explorados. É importante ter em consideração as resoluções que já foram traçadas (Parlamento Europeu, 2021), bem como estar atento às que estão por vir. Ter a *Agenda 2030* e o PEE entre mãos, para dali colher novas inspirações e conexões, favoráveis a uma renovação e transição de práticas ligadas ao setor agroalimentar, é uma sugestão que aqui se deixa.

Demandas em Torno da Alimentação Sustentável

Montemor-o-Novo

Muito embora seja necessário um trabalho considerável no domínio da AS para que as recomendações incluídas na EPP tenham uma efetiva expressão em Portugal, podemos constatar que em algumas localidades, têm sido desenvolvidas iniciativas que vão ao encontro de diversos objetivos definidos nessa estratégia, podendo ser perspetivadas em termos de coesão territorial. É esse o caso de Mértola, Torres Vedras, S. Pedro do Sul, Idanha-a-Nova ou Montemor-o-Novo. Detenhamo-nos, neste contexto, apenas neste último município, onde, a partir do impulso dado pela *Agenda Local 21*, foi desenvolvido um significativo trabalho de articulação de diferentes atores (serviços municipais, associações locais, agricultores, comerciantes e demais cidadãos) para que fosse definida uma estratégia local de alimentação para o concelho de Montemor – Semear em Montemor-o-Novo uma Estratégia Alimentar (SMEA). A carta de compromisso e o relatório final da SMEA, resultantes de um intenso trabalho, que decorreu ao longo de vários anos, e em que foi estimulada a participação, análise, partilha e discussão de questões relacionadas com a alimentação, podem ser encontrados no documento *Estratégia Alimentar para Montemor-o-Novo* (Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, 2019).

Montemor-o-Novo é um dos municípios portugueses com maior superfície (1.232,97 km²) e menor densidade populacional (12,8 hab/km²). À semelhança de muitos outros municípios portugueses, tem vindo a perder população, contando atualmente com 15.803 residentes (cf. Instituto Nacional de Estatística, 2021)³. É, pois, num contexto em que ao envelhecimento e

³ Esta última característica, relacionada com o despovoamento, permite, de imediato, a identificação de alguns problemas em termos de coesão territorial, pelo menos assim acontece numa forma de olhar para a coesão territorial que privilegia a distribuição da população no território (Chamusca et al., 2022).

diminuição da população residente se somam: a falta de disponibilidade de água e/ou perda de qualidade da mesma; os impactos ambientais da produção intensiva; a má gestão de resíduos e excedentes, bem como a perda da qualidade alimentar – com desaparecimento de património material (associado à perda de sementes) e imaterial (relacionado com saberes associados à produção e confeção de alimentos) – que é definida a SMEA (Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, 2019, p. 4). O sistema agroalimentar é assim adotado na SMEA como eixo em torno do qual se orientam atividades e se procura dinamizar o território, facto que podemos considerar como convergindo para a ideia de promoção da coesão territorial.

Com a alimentação colocada como pilar fundamental de dinamização em Montemor-o-Novo, constatamos que diversos aspetos consagrados na EPP encontram eco nesse município, tendo mesmo sido identificados e transformados em linhas de ação antes da escrita desse documento. Cingir-nos-emos, neste contexto, a título ilustrativo, apenas a três dessas linhas orientadoras: (a) a promoção da alimentação saudável e sustentável; (b) a promoção da agroecologia; e (c) a promoção dos circuitos curtos agroalimentares.

A promoção da alimentação saudável e sustentável, resumida no texto da SMEA pela expressão “comer bem”, tem sido construída em Montemor-o-Novo através da defesa do património agroalimentar e do apoio entusiástico à dieta mediterrânica⁴. Assim, tem sido desenvolvido um esforço significativo de valorização de alimentos que “fazem bem”, sazonais e de produção local, como a cebola roxa ou a bolota. A divulgação destes dois produtos, e a sua promoção em feiras e mercados, tem sido, aliás, um dos pontos fortes da estratégia alimentar. Num território onde abundam sobreiros e azinheiras, a transformação da bolota tem dado origem a produtos inovadores que vêm conhecendo algum sucesso, como a farinha de bolota (usada na produção de pão e pasteleria) ou o licor de bolota⁵. Verificamos, assim, que a valorização de produtos mais adaptados a contextos onde a água escasseia, resilientes, considerados locais com menor pegada ecológica, e que visam a diminuição do desperdício (transformação de produtos que antes eram rejeitados para a alimentação humana), vão de encontro a certos aspetos propostos na EPP.

4 Não discutimos, nesta ocasião, o que tem vindo a ser considerado a dieta mediterrânica. Destacamos apenas que o modo como ela é atualmente apresentada por nutricionistas não tem inteira correspondência com as práticas alimentares observadas no mediterrâneo. Nem hoje, nem no passado (Contreras, 2013).

5 A este propósito veja-se o trabalho de Sotilo e Luderer (2022) sobre as comunidades que sustentam o alimento (CSA). O “Encontro da Bolota”, ocorrido na Herdade de Freixo do Meio, em 2021, é aí um pretexto a partir do qual se desenvolve uma análise semiótica sobre a divulgação e valorização de um produto da terra: a bolota.

Diversas atividades têm ainda sido concebidas para promover uma alimentação mais sustentável, desde a renovação do mercado da cidade e a tentativa da sua transformação num espaço de divulgação e experimentação, passando pelas hortas comunitárias e campos práticos de aprendizagem ou a criação de circuitos de mercearias associados aos princípios da estratégia alimentar de Montemor-o-Novo, são múltiplas as formas identificadas na SMEA para tentar fazer do setor agroalimentar um polo dinamizador do território.

A agroecologia é também, na SMEA, um dos alicerces da estratégia alimentar. Surge como forma de impulsionar uma relação sustentável, do ponto de vista ambiental, social e económico, com o ecossistema; combina-se assim muito bem com as preocupações da EPP. Considerada como buscando uma maior viabilidade do sistema agroecológico e como forma mais eficiente e justa de relação com o território, a agroecologia procura contrariar um modelo de exploração agrária herdado do passado, centrado na monocultura e associado às campanhas do trigo. Prestando atenção à complexidade dos ecossistemas, a agroecologia promove a recuperação de formas tradicionais de produção, boas práticas do uso do solo e da água e o respeito pelos ciclos naturais de fertilidade, levando assim a um menor uso de fertilizantes produzidos a partir de combustíveis fósseis. Os campos de experimentação e aprendizagem de técnicas neste âmbito, surgem, de resto, como medida necessária à estratégia alimentar de Montemor-o-Novo, sendo a Herdade do Freixo do Meio um lugar onde estas experimentações ocorrem e onde se casa o ancestral agroecossistema do montado com inovações introduzidas pela agroecologia (Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, 2019, p. 91). Também a disponibilização de um banco de terras local surge como forma de incentivar práticas no âmbito da agroecologia.

Os circuitos curtos agroalimentares, ainda que por vezes questionados relativamente à sua eficiência económica e ambiental (Brunori et al., 2016; Chiffolleau & Dourian, 2020), são outra dimensão amplamente destacada no âmbito da estratégia alimentar de Montemor-o-Novo, encontrando-se também em clara convergência com a proposta de AS da EPP. Na SMEA, os circuitos curtos são uma forma de diminuir a pegada ecológica. É assim promovida a aquisição de produtos que não se encontrem a uma distância superior a 50 km do lugar de produção, implementando-se medidas de certificação como o “km0”. As compras diretas ou indiretas de produtos alimentares, desde que não tenham mais de um intermediário, são também incentivadas. É de referir, por fim, que as compras públicas de produtos locais são também estimuladas, tendo passado muitas das cantinas escolares a ser abastecidas por produtores locais.

Mértola

Tal como Montemor-o-Novo, o concelho de Mértola apresenta características geográficas que desafiam a gestão pública. Com um clima muito seco, o município apresenta um índice de precipitação anual média de 483 mm, sendo a temperatura média, em agosto, de 33,1°C (Vizinho et al., 2021). A desertificação é assim uma ameaça muito presente e a vulnerabilidade deste território tem ficado ainda mais exposta com as alterações climáticas.

Neste contexto, compreende-se inteiramente a existência da *Estação Biológica de Mértola* no concelho. Esse projeto científico piloto, lançado em 2015, decorrente de diferentes parcerias e de significativo financiamento, tem, precisamente, o propósito de:

promover a transferência de conhecimento e tecnologia de suporte a uma estratégia de transição agroecológica para o território e territórios similares, com enfoque para a regeneração dos ecossistemas em presença (ativos: biodiversidade, água e solo) num contexto de elevada vulnerabilidade às alterações climáticas e desertificação. (Mértola Future Lab, s.d.-b)

Este tipo de ações, desenvolvidas em torno do problema da desertificação, acabam por ter como efeito uma menor perda da população no concelho. Ainda assim, na última década, Mértola perdeu mais de 8,5% da população, sendo que, dos 7.274 habitantes de 2011, se mantiveram 6.205 em 2021, dispersos por uma centena e meia de lugares (Câmara Municipal de Mértola, s.d.). Constatamos, assim, que dos 6,7 habitantes por km² que havia no início deste século (Silva, 2008), se passou para um cenário em que há 4,7 por km² em 2020 (Ministério da Economia e Mar, 2021). Dados recentes, relacionados com a densidade populacional do país, indicam, de resto, Mértola como sendo um dos municípios com menor densidade, ocupando a 307.^a posição em 308 municípios (Pordata, 2021).

Com investimentos menos avultados do que aqueles que se observam relativamente à *Estação Biológica de Mértola*, há outras ações que têm contribuído para ajudar a reverter esse quadro de desertificação. São elas, justamente, as que se prendem com ações que envolvem o sistema alimentar. Nesse sentido, vale a pena mencionar, desde logo, o papel ocupado, no campo do setor agroalimentar, pelo Plano de Recuperação e Resiliência, visto que este programa, de âmbito nacional, integra uma orientação fundada nos conceitos de sustentabilidade inspirados nos ODS. Ainda que este programa não

se encontre plenamente em ação, tem divulgado diversos editais em que se estimula a criação de projetos direcionados para a transição verde.

Mas, ainda que as candidaturas sejam bastante oportunas para se obter um suporte financeiro e alavancar parcerias entre as associações não governamentais, o mercado e a academia, devem levar-se em conta outras possibilidades com esse foco. Por sua vez, é comum que os caminhos desvinculados dos processos de licitações sejam mais ágeis. No entanto, um ponto crucial para seguir por essa rota é ganhar a confiança dos atores sociais, mais especificamente, da comunidade.

Marta Cortegano e Rosinda Pimenta, ambas representantes e divulgadoras do programa Rede Alimentar, dinamizado pela Câmara Municipal de Mértola, referem que o avanço de projetos sem a dependência de concursos públicos vai sendo concretizado (Alimentar Cidades Sustentáveis, 2021; Caravana Agroecología Portugal, 2020). Prova viva do empenho local na Rede Alimentar é materializada através de diversos programas e iniciativas do município, que, desde 2017, têm atuado de forma a promover a confiança e o diálogo com a população, tornando-se um exemplo que pode contaminar outros territórios.

O programa Rede Alimentar de Mértola é exemplar no seu pioneirismo e merece por isso ser destacado. Entre as suas várias linhas de ação está a *Bolsa de Terras*, um projeto piloto que visa o uso de hortas abandonadas do município (Alimentar Cidades Sustentáveis, 2021; Caravana Agroecología Portugal, 2020). Elas são cedidas a residentes, ou a novos moradores, que se comprometam a mantê-las. O desenvolvimento de novos *autonegócios*, tem propiciado a diversificação do tipo de alimentos produzidos e comercializados, constituindo, assim, um estímulo para a economia local. Este é um impulso que se estende às cantinas escolares e aos lares da cidade. Faz parte de uma dinâmica que pode ainda ser vista como favorecendo a soberania alimentar, pois a diversidade de produtos alimentares que são introduzidos, bem como o modo de “trabalhar” a terra que é preconizado, convergem para a agroecologia, para uma forma de relação das gentes com o ecossistema que contribui para regenerar as terras. A *Bolsa de Terras* está ainda alinhada com a Associação Terra Sintrópica, uma organização de Mértola dedicada à conservação do ambiente, que incentiva a hortifruticultura através de processos de reflorestamento; um modelo agrícola visto como contribuindo para deter o avanço da desertificação.

Outra iniciativa vinculada à Rede Alimentar de Mértola é *A Cozinha da Avó*, um programa que promove receitas das avós e avôs da cidade, que sejam vistas como estando em consonância com os princípios da sustentabilidade. Estas receitas são depois adotadas nas cantinas (Casa do Povo de Santana de Cambas, 2020). Perante um perfil de população envelhecida: 35,6% têm acima de 65 anos (Ministério da Economia e Mar, 2021), essa atividade encontra, pois, boa justificação. É de frisar, contudo, que não dispensa o envolvimento de diferentes gerações em torno da alimentação. Tendo foco em atividades que sensibilizem diferentes atores para os princípios da dieta mediterrânica, o projeto *A Cozinha da Avó* foi apoiado por fundos europeus, através do Programa Operacional Inovação Social e Emprego.

Outra iniciativa integrada nessa rede, que ganha empatia da comunidade e mobiliza a participação de muitos agentes, é o evento “À Noite no Mercado”. Uma atividade que ganhou a peculiaridade de se tornar numa atração turística (Mértola Future Lab, s.d.-a). Este programa, interrompido no período da pandemia causada pela COVID-19, promovia encontros, uma vez por mês, no ambiente do mercado municipal, com o intuito de sensibilizar a população para o consumo de alimentos locais e sazonais. Além dos produtores locais, associavam-se ao evento artistas da comunidade e outros convidados, com a finalidade de debater temas relacionados com a alimentação. Nessa confraternização, a extensa mesa, repleta de diferentes culinários, produzidos e levados pela comunidade, tinha lugar de destaque. Essa iniciativa, parte integrante do projeto *Mértola com Gosto*, teve o financiamento do Programa de Desenvolvimento Rural 2020.

Tendo os municípios como interlocutor privilegiado, estas ações contribuem para agitar a cidade, trazer novos moradores e visitantes para um cenário que indicava (e indica ainda, do ponto de vista demográfico) estar em declínio. Os financiamentos, como o destinado à *Estação Biológica de Mértola*, ou o da “À Noite no Mercado”, também agregam valor ao conjunto de atividades, inserindo-se ainda nos discursos sobre sustentabilidade que promovem o processo para uma transição verde. Este desiderato tem tido o apoio da Câmara Municipal de Mértola que foi mesmo pioneira em Portugal ao aderir à Declaração de Glasgow⁶.

⁶ Logo no subtítulo desta declaração pode ler-se que se trata de “um compromisso feito pelos governos locais e regionais para dar resposta à emergência climática através de políticas alimentares integradas, incitando os governos nacionais a agir” (para. 2), assim é descrita no website de apresentação da Declaração de Glasgow, Alimentação e Clima (<https://pt.glasgowdeclaration.org/>).

Pelo que podemos observar através das experiências de Montemor-o-Novo e Mértola, são preocupações de natureza ambiental, social e territorial que subjazem a várias das iniciativas empreendidas. Os contextos onde decorrem são bem conhecedores de problemas como o esgotamento dos solos ou a falta de água, sobretudo nos quentes verões alentejanos. Tal faz com que novos e velhos conhecimentos sociotécnicos sejam evocados e ativados para promover uma relação mais harmoniosa com o ambiente. O setor agroalimentar, adquire, assim, nestes contextos, um valor muito particular, pois surge como elo capaz de articular as relações no espaço entre humanos, não humanos e coisas, como elemento através do qual se procura fazer crer em soluções que possam mitigar problemas ambientais, demográficos, económicos e sociais. Este setor acaba por ser investido, desta forma, e pensando na proposta de Bourdieu (1989), de um assinalável poder simbólico, um poder de fazer ver e fazer crer. Surge como forma de espantar a ideia de fim de mundo (pelo menos do nosso mundo), associada às convulsões geradas pelas alterações climáticas, surge, também, como parte indispensável de uma metanarrativa da sustentabilidade.

Considerações Finais

No decurso deste trabalho, procurámos, num primeiro momento, destacar questões que entendemos serem relevantes para refletir sobre a AS em termos de coesão territorial. O intuito nunca foi o de identificar todos os laços possíveis dessas duas intrincadas dimensões, mas, sim, unicamente, o de trazer para debate alguns aspetos que nos pareceram relevantes para uma discussão em torno deste assunto. Fizemos referência, de forma breve, e a necessitar de maior aprofundamento, à questão do financiamento a agricultores e grupos agrícolas, no âmbito dos apoios diretos da PAC, pois entendemos que este tipo de apoios dados ao sector agroalimentar é um elemento relevante para pensar a integração territorial em termos de equidade e sustentabilidade ambiental.

Já num segundo movimento, pareceu-nos pertinente identificar, de forma clara e com detalhe, a proposta da UE para uma AS. Essa proposta foi amplamente difundida através da EPP e teve a sua inspiração tanto na *Agenda 2030* (Organização das Nações Unidas, 2015) como no PEE. Estes três documentos podem ser lidos, na verdade, como participando de um mesmo sistema de pensamento, um sistema que considera serem compatíveis três diferentes dimensões: sustentabilidade, competitividade e crescimento económico. Nesse sentido, são documentos subsidiários do *Relatório*

Brutland (World Commission on Environment and Development, 1987) e da aposta que aí se faz no desenvolvimento sustentável, fazem da sustentabilidade a metanarrativa orientadora de todo o conhecimento e ação. Para ela devem convergir todas as atividades humanas.

Num último andamento, focámo-nos em iniciativas desenvolvidas em Portugal que nos permitissem conectar preocupações com a AS e coesão territorial, fizemos referência a dois casos: os concelhos de Montemor-o-Novo e Mértola, ambos caracterizados por uma baixa densidade e perda populacionais. Antes mesmo de a EPP ser publicada, já nestes concelhos se desenvolvia uma intensa atividade à volta do sector agroalimentar, facto que tem permitido um envolvimento de diferentes atores desses concelhos em torno da alimentação. Dando ênfase à agroecologia e a práticas agrícolas que promovam um uso criterioso da água, bem como uma maior qualidade dos solos, esses municípios têm-se transformado numa referência em termos de soluções inovadoras, agrícolas e sociais, a partir das quais pode ser equacionada a coesão territorial. Contudo, muito embora valorizem a realocação dos sistemas alimentares, sem uma estratégia consistente de coesão territorial, transformações verdadeiramente significativas que impeçam a perda populacional, por exemplo, poderão não ocorrer.

Práticas como a agroecologia, ou a agricultura em modo biológico, aspetos salientados como fatores de sustentabilidade na EPP, na *Agenda 2030* (Organização das Nações Unidas, 2015) e no PEE são experiências que implicam, sem dúvida, muitos pequenos produtores agrícolas. Para estes, os estímulos dados, em termos de financiamento, não têm sido os mais satisfatórios. Sobre este assunto demos conta, de resto, no início deste trabalho, ao apresentarmos dados que revelam a falta de equidade produzida pela PAC ao tender a favorecer os agricultores ou grupos agrícolas com superfícies agrícolas mais extensas. Sendo a questão do financiamento um importante fator de integração territorial, haverá, pois que prestar redobrada atenção a esta questão.

Para finalizar, gostaríamos de concluir este trabalho referindo que as propostas sobre AS, apresentadas pela UE, remetem para um vasto campo de possibilidades, que poderá ser inspirador para muitos dos atores no terreno. Porém, não poderá ser esquecido que as intenções expressas em documentos orientadores não são condição suficiente para que haja uma efetiva transformação dos territórios. Será necessário um papel muito ativo de diversos atores, individuais e institucionais, bem como estratégias, meios e vontade política (entre outras) para que as transições possam ocorrer.

Confiar, desmesuradamente, num modelo de economia circular – assente na ciência e na tecnologia, sobretudo na biotecnologia –, como forma de assegurar competitividade e crescimento económico, ao mesmo tempo que se ultrapassam problemas sociais e ambientais, poderá ser mais uma fantasia dos tempos que correm.

Agradecimentos

Agradecemos o apoio dado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia à realização deste trabalho. O apoio foi concedido no âmbito de projeto de pesquisa com a referência UIDB/00736/2020, desenvolvido por Cynthia Luderer no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS) – Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho. Universidade do Minho. Campus de Gualtar, 4710-057 Braga, Portugal. Esta pesquisa foi igualmente apoiada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia através de projeto com a referência DL57/2016/CP1441/CT0004, desenvolvido por Virgínia Henriques Calado no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Referências

- Alfaro-Navarro, J. L., & Andrés-Martínez, M. E. (2021). A longitudinal and cross-sectional analysis of the distribution of Common Agricultural Policy aids in European countries. *Agricultural Economics*, 67(9), 351–362. <https://doi.org/10.17221/87/2021-AGRICECON>
- Alimentar Cidades Sustentáveis. (2021, 5 de setembro). *Rede alimentar de Mértola: À noite no mercado e hortas e florestas na escola* [Vídeo]. YouTube. https://www.youtube.com/watch?v=U_uUL1Gadks
- Bourdieu, P. (1989). *O poder simbólico* (F. Tomaz, Trad.). Difel.
- Brunori, G., Galli, F., Barjolle, D., Van Broekhuizen, R., Colombo, L., Giampietro, M., Kirwan, J., Lang, T., Mathijs, E., Maye, D., De Roest, K., Rougoor, C., Schwarz, J., Schmitt, E., Smith, J., Stojanovic, Z., Tisenkopfs, T., & Touzard, J. M. (2016). Are local food chains more sustainable than global food chains? Considerations for assessment. *Sustainability*, 8(5), Artigo 449. <https://doi.org/10.3390/su8050449>
- Câmara Municipal de Mértola. (s.d.). *O concelho de Mértola*. <https://www.cm-mertola.pt/viver-em-mertola/destaques>
- Câmara Municipal de Montemor-o-Novo. (2019). *Estratégia Alimentar para Montemor-o-Novo. Carta de Compromisso*. Relatório da Estratégia. Gabinete Oliveira das Neves.
- Caravana Agroecológica Portugal. (2020, 21 de dezembro). *Rede alimentar de Mértola* [Vídeo]. Facebook. <https://www.facebook.com/watch/?v=200273235110978>

Casa do Povo de Santana de Cambas. (2020). *A cozinha da avó*. <https://www.acozinhadaavo.pt/o-projeto-da-cozinha-da-avo/>

Castro, I. R. R. D. (2015). Desafios e perspectivas para a promoção da alimentação adequada e saudável no Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 31(1), 7–9. <https://doi.org/10.1590/0102-311XPE010115>

Chamusca, P., Marques, J., Pires, S., & Teles, F. (2022). Territorial cohesion: Discussing the mismatch between conceptual definitions and the understanding of local and intra-regional public decision-makers. *Territory, Politics, Governance*, 1–23. <https://doi.org/10.1080/21622671.2022.2044899>

Chiffolleau, Y., & Dourian, T. (2020). Sustainable food supply chains: Is shortening the answer? A literature review for a research and innovation agenda. *Sustainability*, 12(23), Artigo 9831. <https://doi.org/10.3390/su12239831>

Comissão Europeia. (2019, 11 de dezembro). *Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões: Pacto Ecológico Europeu*. https://eur-lex.europa.eu/resource.html?uri=cellar:b828d165-1c22-11ea-8c1f-01aa75ed71a1.0008.02/DOC_1&format=PDF

Comissão Europeia. (2020a, 20 de maio). *Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões: Estratégia do Prado ao Prado para um sistema alimentar justo, saudável e respeitador do ambiente*. https://eur-lex.europa.eu/resource.html?uri=cellar:ea0f9f73-9ab2-11ea-9d2d-01aa75ed71a1.0007.02/DOC_1&format=PDF

Comissão Europeia. (2020b, 1 de dezembro). *Agenda Territorial 2030: Um futuro para todos os territórios*. https://territorialagenda.eu/wp-content/uploads/TA2030_jun2021_pt.pdf

Committee on World Food Security. (2014). *Principles for responsible investment in agriculture and food systems*. <http://www.fao.org/3/a-au866e.pdf>

Contreras, J. (2013). Dieta mediterrânica: Da necessidade como virtude à virtude como necessidade. In J. L. Santos, I. Carmo, P. Graça, & I. Ribeiro (Eds.), *O futuro da alimentação: Ambiente, saúde e economia* (pp. 212–229). Fundação Calouste Gulbenkian.

Delgado, C. (2018). Como desenvolver sistemas alimentares sustentáveis? *Revista da Rede Rural Nacional*, (7), 14. <https://www.rederural.gov.pt/centro-de-recursos/send/2-agricultura-agroindustria/751-revista-emrede-n-7-caminhos-para-uma-alimentacao-saudavel>

European Commission. (2019). *Direct payments to agricultural producers – Graphs and figures. Financial year 2019*. https://agriculture.ec.europa.eu/system/files/2020-10/direct-aid-report-2019_en_0.pdf

Ferreiro, M. D. F., Salavisa, I., Bizarro, S., & Soares, M. (2020). O sistema alimentar em Portugal: Transições para a sustentabilidade e políticas públicas. *Cidades. Comunidades e Territórios*, (41), 177–195. <https://journals.openedition.org/cidades/3026?lang=fr>

Instituto Nacional de Estatística. (2021). *Censos de 2021 – Divulgação dos resultados provisórios*. https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=526271534&DESTAQUESmodo=2&xlang=pt

Lyotard, J. F. (1979). *La condition postmoderne*. Les Éditions de Minuit.

Machado, P. P., Oliveira, N. R. F. D., & Mendes, Á. N. (2016). O indigesto sistema do alimento mercador. *Saúde e Sociedade*, 25(2), 505–515. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902016151741>

Mértola Future Lab (s.d-a). *À noite no mercado: por uma alimentação de base local, sazonal, económica e ambientalmente sustentável*. <https://www.mertolafuturelab.com/blog/portfolio/a-noite-no-mercado/>

Mértola Future Lab. (s.d-b). *Estação biológica de Mértola*. <https://www.mertolafuturelab.com/blog/portfolio/estacao-biologica-de-mertola/>

Ministério da Economia e Mar. (2021). *Síntese e estatísticas. Mértola*. <https://www.gee.gov.pt/pt/lista-publicacoes/estatisticas-regionais/distritos-concelhos/beja/mertola/2995-mertola/file>

Montanari, M. (2008). *Comida como cultura*. Editora Senac.

Nègre, F. (2022). *O financiamento da PAC. Fichas técnicas sobre a União Europeia – 2022. Parlamento Europeu*. https://www.europarl.europa.eu/ftu/pdf/pt/FTU_3.2.2.pdf

Organização das Nações Unidas. (2015). *Transformando nosso mundo: A Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Traduzido pelo Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil (UNIC Rio), última edição em 13 de outubro de 2015*. <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>

Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura. (2015, 16 de julho). *La Unión Europea y la FAO lanzan nuevos programas para impulsar la seguridad alimentaria y nutricional, la agricultura sostenible y la resiliencia*. <https://www.fao.org/news/story/pt/item/298449/icode/>

Parlamento Europeu. (2021). *Resolução do Parlamento Europeu, de 20 de outubro de 2021, sobre uma Estratégia do Prado ao Prado para um sistema alimentar justo, saudável e respeitador do ambiente*. https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/TA-9-2021-0425_PT.html

Pordata. (2020). *Área em agricultura biológica (%)*. [https://www.pordata.pt/Europa/Superf%C3%ADcie+em+agricultura+biol%C3%B3gica+\(percentagem\)-3537](https://www.pordata.pt/Europa/Superf%C3%ADcie+em+agricultura+biol%C3%B3gica+(percentagem)-3537)

Pordata. (2021). *Densidade populacional*. <https://www.pordata.pt/Municipios/Densidade+populacional-452>

Redclift, M. (2005). Sustainable development (1987–2005): An oxymoron comes of age. *Sustainable Development*, 13(4), 212–227. <https://doi.org/10.1002/sd.281>

Santos, J. (2020). *Climate change, new metanarrative for humanity: Climate policy in the Western Mediterranean* [Tese de doutoramento, Universidade de Lisboa]. Repositório da Universidade de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10451/45283>

Silva, M. T. S. C. (2008). *Caracterização sócio-económica do distrito de Beja*. REAPN.

Sotilo, C., & Luderer, C. (2022). CSA: Um programa de agroecologia em Portugal e seus códigos culturais. *Rivar*, 9(26), 36–54. <https://doi.org/10.35588/rivar.v9i26.5516>

Vasan, S. (2021). The environment as a meta-narrative: Introduction to a special issue. *Journal of Developing Societies*, 37(2), 143–150. <https://doi.org/10.1177/0169796X211001226>

Vizinho, A., Avelar, D., Fonseca, A. L., Carvalho, S., Sucena-Paiva, L., Pinho, P., Nunes, A., Branquinho, C., Vasconcelos, A. C., Santos, F. D., Roxo, M. J., & Penha-Lopes, G. (2021). Framing the application of adaptation pathways for agroforestry in Mediterranean drylands. *Land Use Policy*, 104, Artigo 105348. <https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2021.105348>

World Commission on Environment and Development. (1987). *Report of the World Commission on Environment and Development: Our common future*. <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/5987our-common-future.pdf>

Zawojcka, A. (2007). The distribution of direct payments of CAP to producers amongst EU Member States. *Problems of World Agriculture/Problemy Rolnictwa Światowego*, 1(16), 101–111. <http://doi.org/10.22004/ag.econ.198960>